

Lima Barreto e a política de saúde pública no Brasil na Primeira República.

Michele Costa Rodrigues¹

A produção intelectual barretiana apresenta-se como uma contribuição inestimável para o tema em questão, qual seja investigar o posicionamento político-intelectual de Lima Barreto sobre a questão agrária. Bem como identificar a crítica efetuada pelo literato acerca das políticas higienistas destinadas ao homem do campo e ao estereótipo construído pelos intelectuais dos primeiros anos da República a respeito do sertanejo.

Isso por que: a) sua produção intelectual é contemporânea dos projetos higienistas; b) Barreto é crítico em relação a tais projetos; c) ele não faz parte do campo político social dos intelectuais mais representativos dos projetos, isso proporciona a termos uma interpretação ideologicamente diferente dos grupos dominantes; d) ao fazer sua crítica, Lima Barreto apresenta um projeto alternativo para a situação do homem do campo, que consistia, de modo geral, a promover divisão dos latifúndios e das ferramentas de produção e proporcionar a população campesina capacidade para ter uma vida digna.

Em sua produção intelectual Barreto se contrapõe ao projeto nacionalista em moda ao colocar sua escrita a serviço da crítica a tal proposta. Nesse aspecto, seus escritos configuram-se como a “voz dos excluídos”, uma vez que além de opor-se ao discurso dominante, tem ainda como característica o fato do autor não fazer parte dos círculos intelectuais em voga à época.

Nesse sentido, vale ressaltar o fato que Lima Barreto dialogou diretamente com os higienistas. Tal diálogo estabeleceu-se por meio da literatura, mas precisamente, das crônicas publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro entre os anos 1910 a 1922.

A crônica jornalística será, portanto, a fonte central sobre a qual será debatido o projeto dos higienistas e a crítica de Barreto. Tal fato nos leva a estabelecer um diálogo direto entre esse gênero literário com a história. Dessa forma, tentaremos responder à seguinte

¹ Graduanda do Curso de História da Uesc – mmichelerodrigues@hotmail.com

pergunta: Em que medida a crônica pode ser vista como testemunho documental para o historiador?

A crônica jornalística é um gênero literário que se apresentou de suma importância na produção literária brasileira nos meados do século XIX. Muitos literatos desse período utilizaram-se desse recurso para dialogar com o público leitor. Nesse sentido, alguns literatos e críticos literários emitiram opiniões que serve tanto para definir tal gênero quanto para qualificá-la (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005).

Antônio Cândido qualificava-a como um gênero menor da literatura, pois para ele a crônica caracterizava-se “como um tipo ligeiro e desprezioso de literatura, feita às pressas e sem cuidado, para o consumo diário dos jornais”. De acordo com Jhon Gledson “um misto Híbrido entre jornalismo e literatura”.

Nestes termos, podemos retomar a pergunta anteriormente feita: Em que medida a crônica pode ser vista como testemunho documental para o historiador? Assim pode-se responder que a crônica apresenta-se para o historiador como um documento histórico, ou seja, testemunha do passado, portanto precisa ser interrogada com os aparatos metodológicos necessários para assim reconstruir o tempo vivido.

É nessa perspectiva histórica que os escritos de Lima Barreto serão analisados neste estudo. Ao tratar da produção intelectual de Barreto o historiador Nicolau Svcenko afirma que

Os conteúdos temáticos eram, portanto nobilitados pelos recursos de linguagem e está modelada pela realidade que veicula, (...). Daí a força de penetração e impacto perfeitamente calculada de seus textos, ajustando de forma notável ao papel crítico e atuante e inconformista a que o autor os destinava (SEVCENCO, 1995, p.122)

Os primeiros anos da República são marcados por crises sociais, corrupção, enriquecimento rápido dos políticos, todo esse quadro negativo gerou uma insatisfação dos intelectuais desse período, pois se sentiam traídos por essa república que para os mesmos não foi fiel ao ideário do progresso. Lima Barreto está entre os desiludidos com o projeto republicano.

As primeiras décadas do regime Republicano foram marcadas por uma tentativa de elaboração de uma teoria geral para o Brasil, apoiada na idéia de dois “Brasis” (o litoral x sertão). Isso ocorre ao mesmo tempo da formação de uma *intelligentsia* que idealizava a

integração nacional. Dentre esses intelectuais podem-se destacar nomes como Manoel Bonfim, Alberto Torres, Afonso Celso e Euclides da Cunha.

Manoel Bonfim nas suas interpretações da sociedade brasileira elegeu a antiga metrópole Portugal como alvo de severas críticas. Acreditava que todo mal da sociedade brasileira foi herdado da Terra Mãe. Logo, para Bonfim os problemas da nação não provinham da miscigenação como alguns intelectuais desse período defendiam. Bonfim também tecia críticas aos seus contemporâneos, que segundo ele, exibiam teorias racistas com estatuto de ciência.

Nesse sentido, Bonfim recusava a inferioridade racial e o modelo do Brasil essencialmente agrícola. Como alternativa para essa sociedade Manoel Bonfim elege a educação.

Alberto Torres, assim como Bonfim não aceitava que o problema da nação estava na inferioridade das raças, no entanto, acreditava que a salvação do país estava na agricultura. O pensamento agrarista de Alberto Torres estabelecia que a essência nacional viesse através do meio rural modernizado.

Já Afonso Celso afirmava que a nacionalidade tinha que ter como referência o território, que para ele era fonte de riqueza para o Brasil. Segundo Lúcia Lippi (1998) ele inicia o que mais tarde irá se configurar no nacionalismo ufanista. Afonso Celso ressaltava também como extraordinário o caráter nacional, assim ele exaltava as qualidades das três raças que compõem o povo brasileiro.

Euclides da Cunha como todos os outros acima citados preocupavam-se com a questão nacional tomando o problema como uma missão (Sevcenko, 1997). O autor de *Os Sertões* denunciava o abandono do interior do Brasil sertões brasileiros e acreditava que o sertanejo trazia consigo a essência da nação brasileira, que apesar de sua fraqueza física era muito forte e no massacre de Canudos conseguiu sem armas por diversas vezes vencer o exército republicano.

Nesse sentido, Euclides contrapunha o homem do interior ao homem do litoral, o primeiro representaria a essência nacional, a originalidade, e o segundo a artificialidade, sendo representados como copistas das idéias estrangeiras.

Outros intelectuais continuaram a elaborar projetos para a nação brasileira inspirados em teorias higienistas e racialistas. Entre eles merece destaque Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Belisário Penna e Roquette Pinto.

Sobre esses intelectuais e suas respectivas propostas vale citar: A tese de doutorado da cientista social Nísia Trindade Lima. Sua proposta é apresentar as ambiguidades enfrentadas pelos intelectuais brasileiros dos primeiros anos da República frente à tarefa de formação de uma *intelligentsia* brasileira ao mesmo tempo que necessitava-se de uma construção social, ou seja, elaboração da consciência nacional. Assim, a autora desenvolve sua tese tendo como base duas grandes utopias dos cientistas brasileiros “a utopia higienista” e a “utopia sociológica”.

Seu trabalho nos oferece um excelente panorama da mentalidade dos intelectuais do período, os quais tentavam imprimir um projeto de nação baseando-se em concepções higienistas. Nesse sentido, os intelectuais dos primeiros anos da República viam o sertão como valor moral e essência da nacionalidade brasileira. Para Trindade, através do contato com as políticas sanitaristas cristalizaram a imagem do homem interiorano como um caboclo anêmico doente, indolente, preguiçoso (sujeito bem caricaturado pelo Jeca Tatu de Monteiro Lobato), mas capaz de regenerar-se com auxílio da ciência.

Datam desse período importantes expedições ao interior como as de Cândido Rondon, as da comissão geológicas do astrônomo Louis Cruls em 1892 no Planalto Central, e as expedições científicas do Instituto Osvaldo Cruz e uma das mais importantes a viagem de Euclides da Cunha a região de Canudos. Essas expedições científicas exerceram forte influência nos intelectuais do período em questão.

De acordo com Trindade esse desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamentos, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política.

Este movimento missionário fortemente associado à expansão da presença do Estado encontrou como atores sociais agentes informados pelo cientificismo. Nestes termos, os discursos higienistas das lideranças do movimento pelo saneamento rural (iniciado em 1910), e a tentativa de uma interpretação da sociedade estabelece importantes debates, tais como:

raça e natureza; clima, raça, doença; exuberância da natureza e fragilidade do homem interiorano diante da natureza tropical.

O literato Lima Barreto, em que seus escritos apresentam-se como objeto de análise para este estudo, fora um crítico dessa postura, condenou essa visão científica e racista elaborada por seus contemporâneos. Barreto enxergava o problema das populações do interior não somente no aspecto da higiene, mas social. Questionava os latifúndios e a miséria que a população do campo era submetida. Sua postura diante de tais discursos se fez presente nas páginas dos principais jornais cariocas e intensificou-se praticamente a partir de 1918 até a data de sua morte (1922)

A fim de relacionar a crônica com seu contexto histórico apresenta-se importante ressaltar que a partir de 1918 as políticas de saúde intensificaram-se como um instrumento de atuação federal. O presidente Venceslau Braz, representante da liga pró-saneamento, criou em 1918 o serviço de profilaxia rural. Entretanto, foi no governo de Epitácio Pessoa, também componente da mesma liga que se intensificou a atuação estatal nas políticas de saúde pública.

De acordo com Luiz Antônio de Castro Santos (1985) nesse mesmo governo a coordenação do Departamento Nacional de Saúde Pública foi dada a Carlos Chagas, e a direção dos serviços de saneamento rural para Belisário Pena. Outro ponto importante no ano de 1920 foi a aprovação do novo código sanitário, o qual estabelecia uma maior interferência do poder federal nos Estados brasileiros.

É nesse contexto que Lima Barreto publicou a crônica intitulada “Os Tais Higienistas” impressa na revista *Careta* em quatro de dezembro de 1920. O personagem principal do texto é o médico Carlos Chagas. Nesta crônica Barreto discorre sobre a Saúde Pública e o regulamento ditatorial aprovado pelos poderes da república. Outro ponto que o literato levanta é sobre as presunções das profissões elegendo o doutor Carlos Chagas como maior representante da presunção médica. Assim, Barreto tece críticas tanto a política da saúde pública quanto ao médico Carlos Chagas.

Barreto questiona os regulamentos, as leis de higiene que interferiam na vida doméstica das populações pobres, pois segundo o literato essas leis eram direcionadas as pessoas miseráveis, e eram estabelecidas de maneira ditatorial, dando a entender que todos os males da humanidade fossem resolvidos por ditadores médicos.

Assim, nas palavras do literato:

O equilíbrio de outras condições da vida atual com as necessidades da higiene, ele não vê.

Não vê que é preciso dinheiro para ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto e aquilo, a maioria da população do Brasil debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhe os olhos da cara.

Sua excelência antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as sua exigências.

O que há em sua excelência, é o que há em todos de sua categoria. Sua excelência nunca conheceu necessidades e afere a vida dos outros pela sua, feliz e rica. (“Os Tais higienistas”, Careta, 1920

Dessa forma, Barreto deixa claro o seu posicionamento em relação à política republicana de saneamento do Brasil. Afirma que era uma política discriminatória, pois todos os regulamentos eram direcionados as populações pobres. Para o literato, mais importante do que leis que obrigassem as populações andarem de calçados ou leis de regulamentação de construção de moradias, era imprescindível que dessem as populações condições financeiras e sociais para uma vida digna.

Entretanto, o que Lima Barreto enxergava no regime político em vigor era um total descaso com as populações pobres. Para o literato o regime objetivando o progresso autorizava os médicos através dos regulamentos interferirem na vida doméstica da população de forma tirânica. Então, Barreto afirma que esse movimento da saúde pública legitimado pela ciência era uma forma de oprimir essa população marginalizada pela República.

As pesquisadoras Nísia Trindade (1998) e Paula Habibi (2003) em suas análises observam nos intelectuais desse período um desejo de comandar o País, ou seja, de resolver os problemas do Brasil, sendo a ciência o grande instrumento para essa transformação. Assim, as pesquisadoras percebem nos discursos sanitaristas e projetos de incorporação dos sertões teorias científicas racialistas, haja vista, que tinham como objetivo a construção de uma nacionalidade que superasse o problema racial. Então, esses intelectuais acreditavam que através da ciência conseguiria a redenção da sociedade brasileira, ou seja, a cura dos Jecas Tatus. Segundo Habib:

(...), por se tratar de um movimento científico, que falava em nome da verdade associando eugenia e civilização, esses homens (e Monteiro Lobato compartilhou dessa idéia) passaram a produzir discursos de cunho ordenatório demonstrando que “o povo não era soberano (...) A etnia substituirá a cidadania”. Dessa forma, o

povo não era capaz de distinguir o bem do mal, o certo do errado, o higiênico do anti-higiênico e por isso médicos, psiquiátricos, intelectuais e políticos, viam em si próprios a única forma de ordenar, esquadriñar essa sociedade. (HABIB, 2003: 49)

Outro ponto questionado por Lima Barreto que está presente em “Os tais higienistas” é a presunção médica. Esse tema atravessa toda produção intelectual do escritor, pois se alia as críticas marcantes das suas produções literárias, qual seja, ao bacharelismo, ou seja, a titulação de doutor, e a crença cega à ciência, tal como aparece na citação a seguir:

Há muitas presunções profissionais. Há a presunção literária, que é ridícula; há militar, que é odiosa; há a médica, que é de um lamentável estreiteza; (...). O Senhor Carlos Chagas é o mais alto representante da presunção médica. Ele julga que, se há tuberculose, é por que não se decreta tão e qual lei e não se põe a sua execução nas mãos dele e dos seus colegas; se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não constrói fossos sépticos nos fundos seus “tijupar” ou coisa que valha; e assim por diante. (Os Tais Higienistas, Careta, 1920)

Barreto argumenta que são abomináveis as presunções profissionais, pois cada profissão tem sua importância e a sua responsabilidade para com a sociedade. Bem como também para o mesmo não se justifica que um ofício como a medicina trajada da verdade científica decreta leis tirânicas, as quais interfiram na vida doméstica da população que já estava bastante oprimida pela miséria.

Logo, podemos inferir que a concepção de ciência de Lima Barreto era diferente dos seus contemporâneos, os quais, acreditavam na ciência como uma verdade absoluta, como uma entidade suprema que traria para sociedade brasileira o progresso, ou seja, a salvação dos problemas sociais, principalmente o racial.

Barreto quebrava esse paradigma da verdade absoluta. Acreditava que tais leis e atuações poderiam e deveriam ser questionadas, principalmente devido o caráter tirânico o qual estava sendo utilizado pelos médicos, intelectuais e governantes. De acordo com Barreto através da ciência os bacharéis da ciência legitimavam as maiores atrocidades contra a população.

Segundo, Nicolau Sevcenko (1995) nas obras de Lima Barreto está espalhado temas nucleares tais como, o poder, a ciência, imprensa e o cosmopolismo, bovarismo. Dessa forma, em todas suas obras Barreto demonstra a sensibilidade de interpretar a sociedade brasileira de

sua época com um olhar crítico que conseguia enxergar as minúcias do regime republicano e das relações sociais existentes.

Todo esse universo temático, centrado nas práticas de coerção, discriminação e marginalização social, se compõe como uma trama densamente entretecida nas páginas do escritor. Tendo na imprensa o seu veículo e propulsor, encontrando na ciência a legitimação inquestionável, os desmandos, as coações e as classificações dos homens em hierarquias aviltantes, desarrazoadas, que procedessem das oligarquias governantes, das ideologias radicais ou mesmo das atitudes cosmopolitas e bováricas, típicas do arrivismo republicano, produziam um quadro de horrores, opressão e miséria, profundamente vincado na nova sociedade e irreduzível, na sua solidez, para com as individualidades desviantes. (...)
(SEVCENKO, 1995, p. 180-181)

Em suma, essa crônica nos dá valiosos vestígios sobre a política de saúde pública no Brasil na Primeira República, como era a sua atuação, isto é, como Lima Barreto enxergava tais políticas. Barreto era sensível aos problemas dessa população excluída, os quais perpassam das necessidades de higiene. Em quase todas as crônicas em que Barreto trata da saúde pública ele enfatiza que não adianta proibições ou regulamentos sem que o governo dê subsídios para que essas populações modifiquem os seus hábitos.

Nesse sentido, reafirma-se a importância da sua produção literária como uma fonte de pesquisa inestimável do período em questão. Embora a obra literária tenha em sua estrutura construções fictícias. Concordamos com Chalhoub ao afirmar que “(...). Qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada - isto é, situada no processo histórico -, logo apresenta propriedades específicas e precisa ser interrogada. (...)” (Chalhoub, 1998. p. 7).

Referências Bibliográficas

“Os Tais higienistas”. In: REZENDE, Beatriz, VALENÇA, Rachel (org.). **Lima Barreto Toda a Crônica**. vol. II 1919-1922. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*. Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, V 28, N 2, p. 193-210, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro. Revan: IUPERRJ, UCAM, 1999.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **“Eis o Mundo Encantado que Monteiro Lobato criou”: Raça, Eugenia e Nação**. São Paulo: [s.n.], 2003.

CHALHOUB, Sidney. **A HISTÓRIA CONTADA: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda.(org.). **História Em Coisas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2005.